

9.

HABEMUS INDEPENDÊNCIA: INSTABILIDADE COMBINA COM PRIMEIRO REINADO

O Império do Brasil se constituiu ao mesmo tempo como continuidade e ruptura das tradições políticas de Portugal e da era colonial. Continuidade porque o imperador era português; a monarquia e a escravidão foram mantidas. Mas também ruptura pois era urgente a tarefa de fundar novas instituições e preservar a unidade das províncias num todo administrável e cuja integridade e legitimidade fossem reconhecidas pelas potências estrangeiras. Bandeira, hino e mapa ajudaram as baionetas e canhões a consolidar a ficção política do novo país.

Mas não foi fácil. A Constituinte, que havia sido convocada pelo imperador no auge do processo independentista, foi sumariamente dissolvida, e uma Constituição foi por ele mesmo outorgada em 1824. O gabinete de ministros controlado pelos irmãos Andrada, próceres da Independência, foi dissolvido. O Parlamento, formado por Senado e Câmara dos Deputados, foi avassalado pelo Palácio de São Cristóvão, a sede do trono imperial. Seus membros insubmissos foram perseguidos e exilados. D. Pedro I exerceu com gosto os poderes extraordinários que a Carta de 1824 lhe conferia, sobretudo para reprimir movimentos separatistas como a Confederação do Equador (1824) — deflagrada em Pernambuco e que chegou a sublevar regiões de várias províncias nordestinas — e fazer a guerra com os vizinhos sul-americanos, continuando o longo conflito com a Argentina pelo controle do atual Uruguai, iniciado na década de 1810. Mas a Constituição, paradoxalmente, tinha vários aspectos liberais.



9.1. *Coroação de d. Pedro I*, óleo sobre tela de Jean-Baptiste Debret, 1828.*

Nesse meio-tempo, cada vez mais isolado no trono, desinteressado da rotina governamental e acusado de lusofilia, em 1831 d. Pedro I abdicou em favor do seu primogênito, o príncipe Pedro, com seis anos incompletos. Ato contínuo, regressou a Portugal para recuperar o trono à sua filha Maria da Glória (Maria II de Portugal, que sucedera ao pai na Coroa portuguesa depois da sua abdição, em 1826), ameaçado pelas ambições do seu irmão mais novo d. Miguel, que se proclama rei em 1828. Instalou-se no Brasil um governo regencial programado para durar até 1843, quando o herdeiro da coroa imperial completaria dezoito anos.

* As legendas interpretativas das autoras estão no final deste capítulo.

ATIVIDADES PROPOSTAS

1. Muitos projetos buscaram consolidar um modelo de Independência do Brasil. Entre eles, a criação de um arranjo político que evitasse o desmembramento do território central. Segundo as autoras (p. 223):

Contradições à parte, a decisão de realizar a Independência com a forma de uma monarquia constitucional representativa significou uma opção política entre outras disponíveis, nessa agenda dos possíveis. Ela visava, em primeiro lugar, evitar o desmembramento da ex-colônia.

Peça aos alunos que respondam às questões:

- a. De que maneira o projeto político e monárquico urdido no Brasil Império negava a fragmentação territorial?;
 - b. De modo comparativo, quais foram os passos dissonantes entre América portuguesa e América espanhola que explicam os processos de unificação e desmembramento, respectivamente?
2. A consolidação de um Estado depende de decisões e atos oficiais. Por essas e outras é que, para afirmar-se juridicamente a Independência no Brasil, era preciso uma constituição. Os modelos e as circunstâncias internacionais indicavam um caminho, mas d. Pedro achou por bem não os seguir por completo. Tendo em vista esse processo, peça aos alunos, com base na leitura do capítulo, que expliquem o contexto de efetivação da primeira Constituição do Brasil. Feito isso, leia com eles o seguinte trecho dessa Constituição:

TÍTULO 5º
Do Imperador.
CAPÍTULO I.
Do Poder Moderador.

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma.

Art. 100. Os seus Títulos são “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil” e tem o Tratamento de Majestade Imperial.

Art. 101. O Imperador exerce o Poder Moderador.

Por fim, depois da leitura, peça que expliquem a função do Poder Moderador, destacando suas contradições com os modelos vigentes.

3. Os símbolos e ícones que cercavam a imagem de Pedro I buscavam sobretudo confirmar uma certa estabilidade e continuidade em relação ao passado português. A bandeira do Brasil e tantos outros elementos emblemáticos e oficiais eternizavam a relação entre os Bragança.

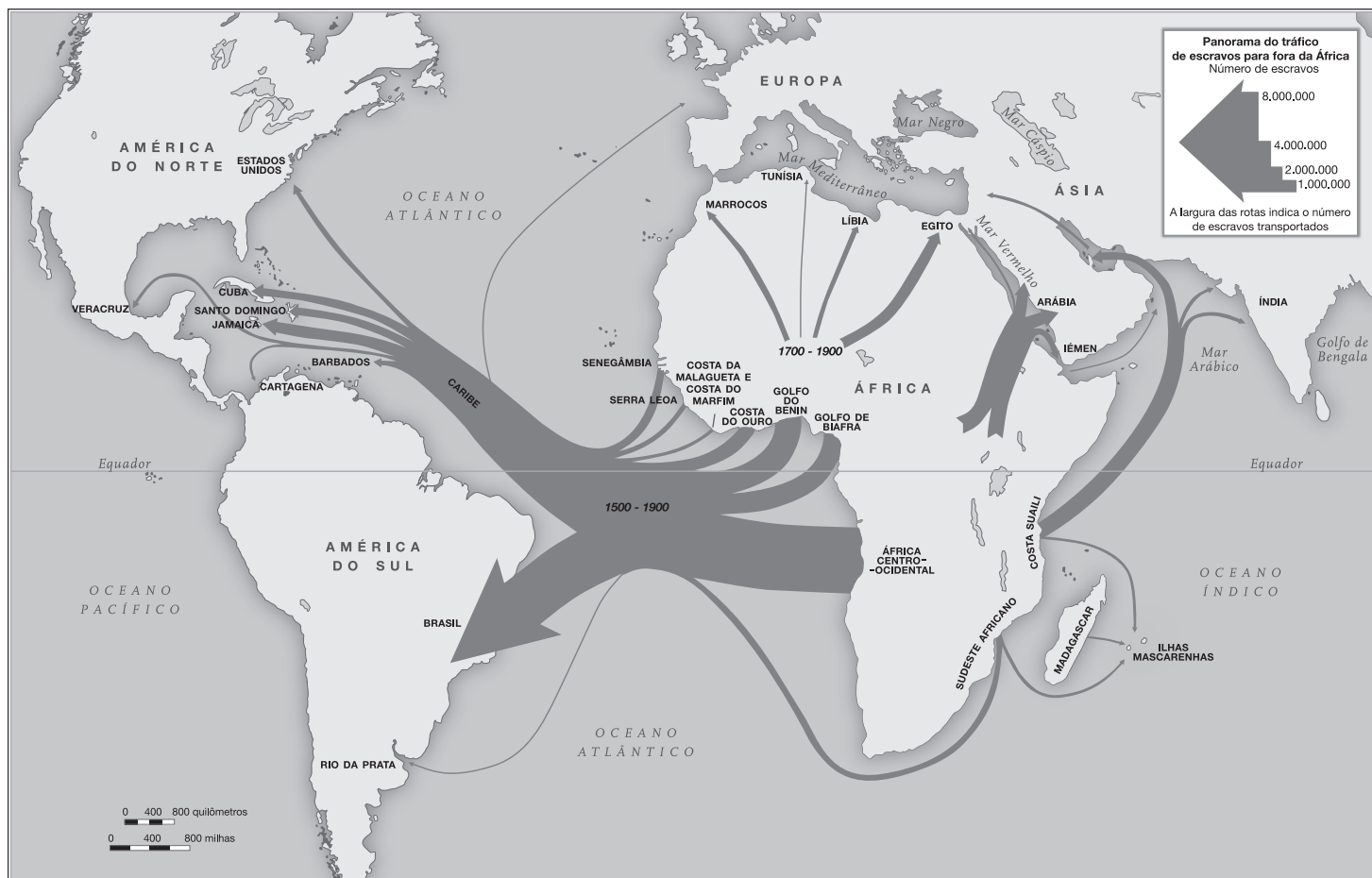
Reúna os alunos para interpretar as imagens abaixo criadas por Debret, e peça a eles para responderem as questões:



9.2. Retratos do rei d. João VI e do imperador d. Pedro I, litografia sobre papel de Jean-Baptiste Debret, 1839.

- a. Quais foram as referências seleccionadas por Pedro I na formação da sua imagem de imperador, filho do rei de Portugal, concunhado e admirador de Napoleão Bonaparte e sogro do imperador da Áustria?;
- b. Quais informações as imagens nos revelam a respeito da criação de memórias e símbolos sobre o Império do Brasil?;
- c. Apesar do projeto e do movimento oficial, o Estado brasileiro no Primeiro Reinado foi acumulando, na sua curta vigência, muitas instabilidades. Quais seriam?

4. O desenvolvimento do Brasil, como colônia ou como império, foi marcado pelo crescimento do número de africanos aprisionados. A escravidão criou muitas tensões políticas no Primeiro Reinado.



9.3. Panorama do tráfico de escravos no período de 1500-1900, David Eltis e David Richardson, 2010.

A partir desse tema, apresente aos alunos as seguintes questões:

- Quais foram as relações estabelecidas entre o Brasil recém-independente e as colônias de Portugal na África? Em que medida essas regiões se aproximaram?;
- Quais foram os projetos de José Bonifácio e José da Silva Lisboa sobre a questão da escravidão, elaborados para a Constituição de 1823 — que não chegou a ser implementada — e que acabaram não entrando no texto da Constituição de 1824?;
- Quais eram as pretensões da Inglaterra no que se refere ao processo de libertação dos escravos do Brasil?

Fica a sugestão do livro *José Bonifácio*, de Míriam Dolhnikoff (Companhia das Letras, 2012).

5. Leopoldina, filha da Casa de Áustria, bem formada em ciências naturais e reconhecida-mente curiosa e inteligente, teve papel fundamental na independência do país. A despeito disso, essa personagem não é reconhecida, ficando sempre à sombra do marido. Tendo em vista essa situação recorrente, solicite aos alunos para elaborarem um texto sobre o papel das mulheres na história do Brasil e as razões pelas quais seus feitos são sempre descritos como dependentes das ações dos homens.

LEGENDAS INTERPRETATIVAS DAS AUTORAS

9.1. A coroação de d. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822, combinou elementos tradicionais europeus com aspectos idealizados a partir da realidade brasileira. O ritual uniu costumes das realezas do Velho Mundo ao mesmo tempo que instituía novos símbolos. As vestimentas do imperador, coloridas de verde e amarelo e confeccionadas com materiais locais, evidenciavam a mistura entre o tradicional e o brasileiro. O mesmo fez Debret, que copiou uma tela originalmente elaborada para a coroação de um monarca austríaco e a traduziu para o Brasil, alterando o formato e a dimensão da igreja em que se realizou a celebração.

9.2. O artista francês Jean-Baptiste Debret pintou d. João VI à moda da realeza portuguesa, com a coroa distante e apoiada numa banqueta — conforme a convenção da família Bragança, que continuava esperando, eternamente, por d. Sebastião — e d. Pedro I como um imperador “americano”: com poncho, murta de papos de tucano e folhas de café bordadas no manto.